

Fábio Rocha de Oliveira

PRESO CIDADÃO: OS DIREITOS POLÍTICOS DO CONDENADO

Uma análise da alistabilidade do apenado



São Paulo
2021



Copyright© Tirant lo Blanch Brasil
Editor Responsável: Aline Gostinski
Assistente Editorial: Izabela Eid
Capa e diagramação: Natália Carrascoza Vasco
Ilustração da capa: Wederson Moraes de Almeida

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

1188062

O47 Oliveira, Fábio Rocha de
 Preso cidadão : os direitos políticos do condenado :
 uma análise da alistabilidade do apenado / Fábio
 Rocha de Oliveira. – 1.ed. – São Paulo : Tirant lo
 Blanch, 2021.
 300 p.
 ISBN: 978-65-87684-89-5
 1. Direitos políticos. 2. Direitos fundamentais. 3.
 Direitos humanos. I. Título.
 CDU: 343.27

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.



Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2909, sala 44.

Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP CEP: 01401-000

Fone: 11 2894 7330 / Email: editora@tirant.com / atendimento@tirant.com

www.tirant.com/br - www.editorial.tirant.com/br/

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
PREFÁCIO.....	11
APRESENTAÇÃO DO AUTOR	13
APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO.....	19
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ALIJAMENTO POLÍTICO DO PRESO .	25
1.1 COLAPSO CARCERÁRIO.....	25
1.2 EXCLUSÃO ELEITORAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	28
1.3 EXPANSÃO DA IDEOLOGIA PENAL REPRESSORA.....	32
1.4 CONCEPÇÃO DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL SOBRE OS DIREITOS POLÍTICOS DO APENADO.....	35
2. DIREITOS POLÍTICOS	39
2.1 CATEGORIZAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	39
2.2 EXEGESE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	50
2.3 DEMOCRACIA E CIDADANIA.....	67
2.4. PANORAMA BRASILEIRO.....	78
2.4.1 IMPOSIÇÃO DA SUSPENSÃO NAS DECISÕES JUDICIAIS.....	78
2.4.2 JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	83
2.4.2.1 RE 179502/SP	83
2.4.2.2 RE 601182/MG	91
3. SITUAÇÃO JURÍDICA DO APENADO DECORRENTE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DISPOSITIVOS PENAIIS VIGENTES NO ORDENAMENTO NORMATIVO BRASILEIRO	99
3.1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIIS APLICÁVEIS.....	99
3.1.1 PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.....	100
3.1.2 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	104
3.1.3 INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA	110
3.1.4 HUMANIDADE	118
3.1.5 RESPONSABILIDADE PELO FATO	124
3.1.6 PROPORCIONALIDADE	132
3.2 GARANTISMO E DIREITO PENAL DO INIMIGO	135
3.3 EFEITOS DA CONDENAÇÃO CRIMINAL.....	148

3.4	JULGAMENTO MORAL DO APENADO	158
4.	TÉCNICAS DE INTERPRETAÇÃO DA NORMA SUSPENSIVA DE DIREITOS POLÍTICOS DO CONDENADO	165
4.1	INTERPRETAÇÃO LITERAL.....	165
4.2	ANTECEDENTES HISTÓRICOS	174
4.3	EXEGESE SISTÊMICA DA NORMA	180
4.4	FERRAMENTA TELEOLÓGICA.....	206
5.	APLICABILIDADE DA SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS EM SITUAÇÕES ESPECÍFICAS.....	221
5.1	PRESO PROVISÓRIO	221
5.2	CONDENADO EM LIBERDADE	225
5.3	TRANSAÇÃO PENAL E SUSPENSÃO DO PROCESSO PENAL	228
5.4	ABSOLVIÇÃO IMPRÓPRIA.....	231
5.5	ADOLESCENTE INFRATOR	233
5.6	DELITOS CULPOSOS E INFRAÇÕES DE PEQUENO POTENCIAL OFENSIVO	234
5.7	AÇÕES PENAIS PRIVADAS	240
5.8	<i>ABOLITIO CRIMINIS</i>	241
5.9	REVISÃO CRIMINAL PENDENTE	242
6.	ALISTABILIDADE DO APENADO NO DIREITO COMPARADO	245
6.1	CANADÁ.....	247
6.2	ESCÓCIA.....	248
6.3	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	249
6.4	ÁFRICA DO SUL.....	252
6.5	NOVA ZELÂNDIA.....	253
6.6	CHINA.....	254
6.7	AUSTRÁLIA.....	255
6.8	FRANÇA	257
6.9	MÉXICO	260
6.10	REINO UNIDO	263
6.11	PONDERAÇÕES FINAIS	267
7.	APLICABILIDADE DA HIPÓTESE DO ENCARCERADO ELEITOR	269
7.1	OPERACIONALIZAÇÃO.....	269
7.2	REPRESENTAÇÃO DOS INTERESSES DOS APENADOS	272
8.	CONCLUSÃO.....	277
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	287